



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

Audiência Pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso

12/12/2023

Iniciativas de M&A na SMA/MPO

Reestruturação dos produtos da SMA para atender à expansão da agenda de M&A

Fortalecimento e aprimoramento do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) como ferramenta de avaliação para aprimoramento de políticas públicas

Novas formas de captação para além do CMAP



**Avaliações
executivas**

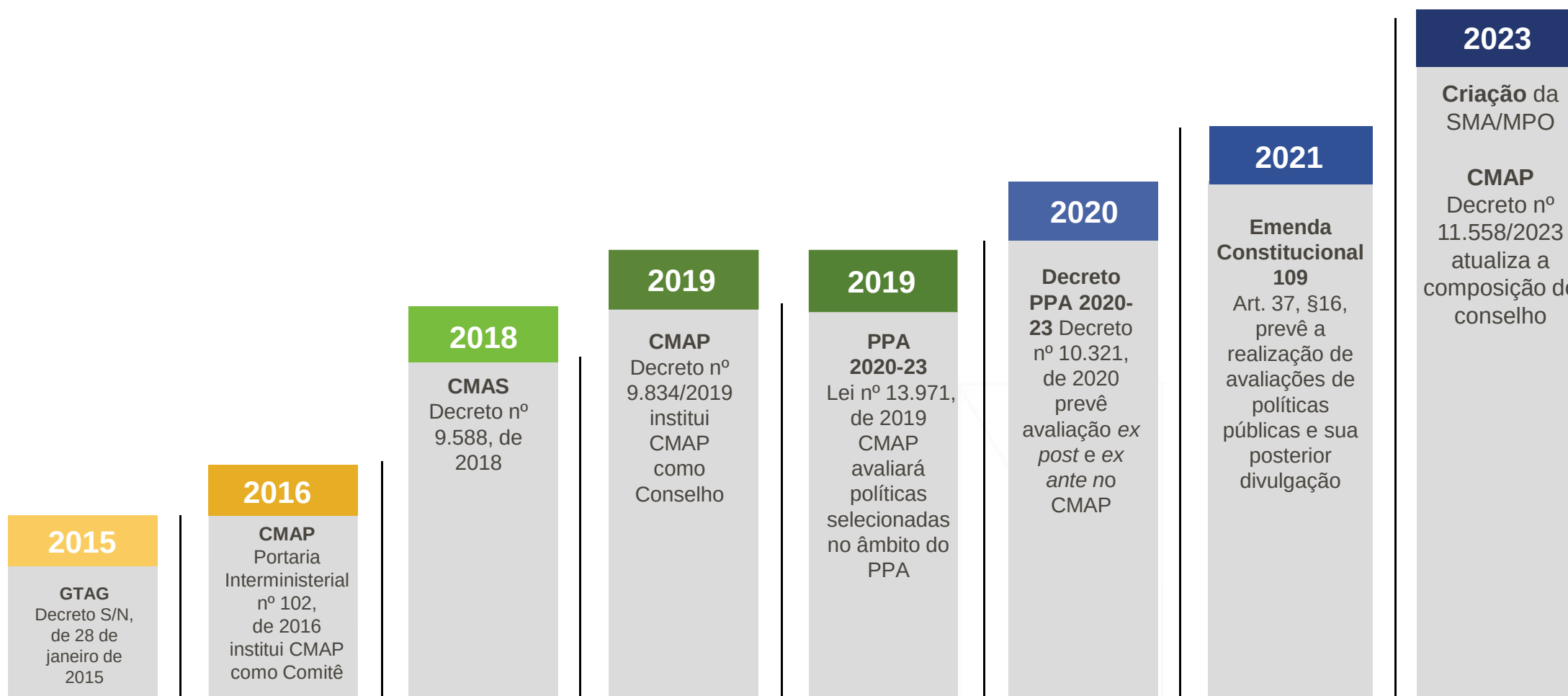


**Avaliações
de impacto**



**Avaliações
*ex ante***

A avaliação no Centro de Governo



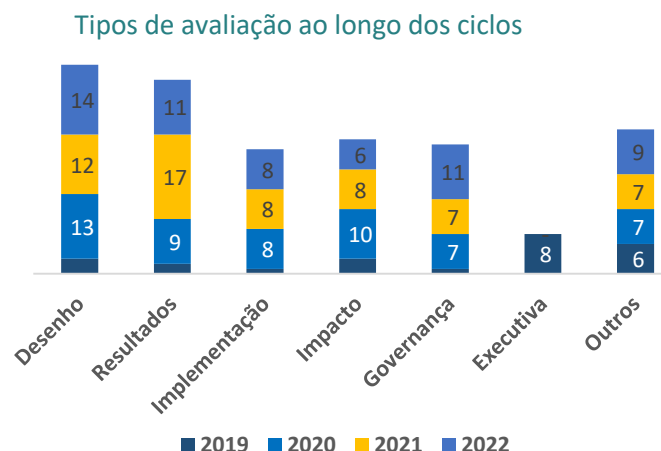
O CMAP e as avaliações

Colegiado composto por Secretários-executivos de 5 ministérios (MPO, MGI, MF, CC e CGU).

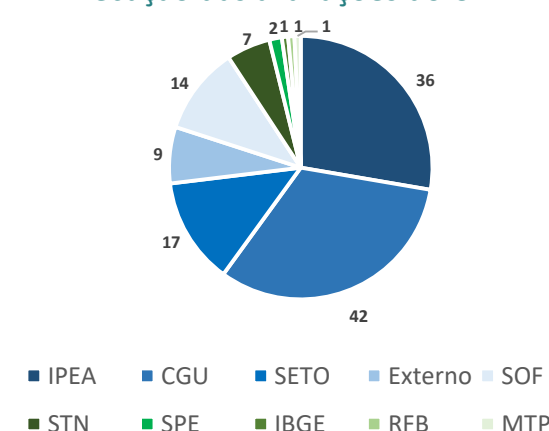
- ✓ Dois comitês técnicos (Cmas e Cmag) compõem a estrutura e acompanham tecnicamente as avaliações.

60 avaliações já foram realizadas, representando mais de 1 trilhão de orçamento avaliado.

- ✓ As avaliações analisam diferentes dimensões das políticas (desenho, implementação, governança, execução orçamentária, resultados, entre outros).
- ✓ As avaliações geram recomendações de aprimoramento para as políticas públicas.



Execução das avaliações do CMAP



Seleção das políticas públicas a serem avaliadas

Critérios de seleção são objetivos e estão sendo aprimorados.

- ✓ Materialidade, criticidade e relevância eram utilizados até o Ciclo 2023.
- ✓ Novos critérios serão aplicados para a seleção do Ciclo 2024.
- ✓ Um novo processo de seleção também foi aprovado.

Nova resolução será publicada com os novos critérios e o novo processo.

O Ciclo 2022

15 políticas foram avaliadas no Ciclo 2022.

- ✓ Essas políticas foram selecionadas em dezembro de 2021.
- ✓ A avaliação ocorreu ao longo de 2022.
- ✓ Os resultados foram apresentados nos comitês técnicos em Junho e Julho de 2023*.
- ✓ Posteriormente, a partir de recomendações específicas para cada política, o CMAP elaborou e aprovou sete macrorrecomendações**.

* As avaliações podem ser encontradas em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap>

**Essas podem ser encontradas no relatório enviado ao Congresso: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas-1/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas/anual-de-avaliacao-ciclo-2022.pdf>

O Ciclo 2022: políticas públicas de gastos diretos

Programa PPA	Política Avaliada	Coordenador	Executores
5014 – Estatísticas e Avaliações Educacionais	Exames e avaliações da Educação Básica	STN/MF	STN/MF, CGU, SOF/MPO e Enap
2222 – Saneamento Básico	Esgotamento Sanitário	SMA/MPO	SMA/MPO, SOF/MPO, CGU, Ipea e Enap
2208 – Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	Fomento em P&D	SOF/MPO	SOF/MPO, Ipea, CGU e especialistas externos da Unicamp
2216 – Política Externa	Gestão de Postos do MRE	SMA/MPO	SMA/MPO, SOF/MPO e Enap
2206 – Política Nuclear	Política Nuclear	CGU	CGU, SOF/MPO e Enap
5020 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	CGU	CGU, SOF/MPO e Enap
5022 – Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	SasiSUS	CGU	CGU, SOF/MPO, Ipea e Enap

O Ciclo 2022: políticas públicas de subsídios

Programa PPA	Política Avaliada	Coordenadores	Executores
3003 – Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	Política de desoneração do biodiesel	CGU	CGU, Ipea e Enap
3005 – Transporte Aquaviário	Fundo da Marinha Mercante	SMA/MPO	SMA/MPO, CGU
1040 – Governança Fundiária	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	CGU	CGU, Ipea
2214 – Nova Previdência	Benefícios Previdenciários e FAPI	SMA/MPO	SMA/MPO, STN/MF, Enap, e especialistas externos do BID
2211 – Inserção Econômica Internacional	Proex	CGU	CGU, Ipea e Enap
5025 – Cultura	Pronac	CGU	CGU, Ipea e Enap
2204 – Brasil na Fronteira do Conhecimento	Dedução das despesas com Pesquisa, Ciência e Tecnologia	SMA/MPO	SMA/MPO, CGU e Ipea
5013 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	ProUni	CGU	CGU e STN/MF

O Ciclo 2022: recomendações aprovadas no Cmap

Macrorrecomendação	Exames e avaliações da Educação Básica	Prouni	Política de desoneração do biodiesel	Fundo da Marinha Mercante	Esgotamento Sanitário	Fomento em P&D	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	Benefícios Previdenciários e FAPI	Gestão de Postos do MRE	Política Nuclear	Proex	Pronac	Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	SasiSUS	Dedução das despesas com Pesquisa, Ciência e Tecnologia
1: Garantir a existência de modelo lógico para orientar a política, criar ou aprimorar indicadores e metas de resultado e/ou execução.			x			x	x		x	x	x	x	x	x	x
2: Realização de estudos ou implementação de ações que visem atender as necessidades de populações em maior vulnerabilidade, priorizar recursos e conter regressividade.	x	x			x	x	x	x				x		x	
3: Priorizar públicos ou setores com perfil mais aderente à política e aos resultados pretendidos, bem como adequar regras de elegibilidade para permitir melhor identificação.	x	x		x		x	x					x		x	
4: Medidas visando aumento da eficiência tendo em vista a qualidade pretendida e aprimoramento de processos administrativos.	x	x	x				x					x	x	x	
5: Instituir ou fortalecer mecanismo de governança, com atribuições bem definidas, articulação, priorização e gestão de riscos.		x		x	x		x			x	x	x	x	x	
6: Disponibilizar mais informações com vistas a viabilizar futuras análises mais detalhadas da política e melhorias no acompanhamento das metas e objetivos.	x	x	x			x		x	x		x	x	x	x	
7: Reavaliar benefícios tributários levando em conta os resultados pretendidos.	x					x							x		

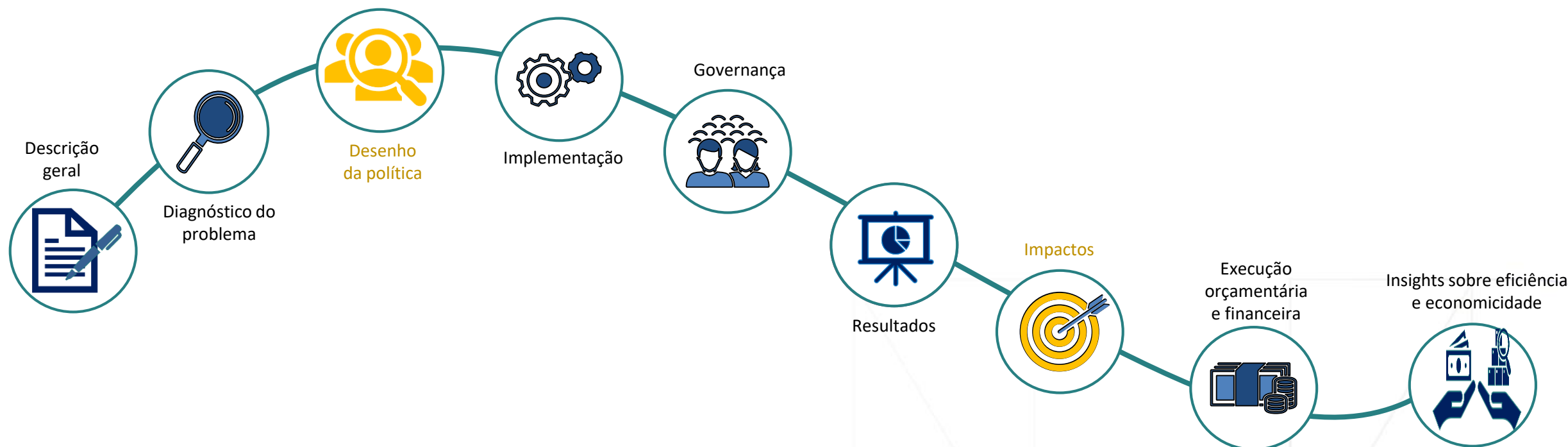
O Ciclo 2023: aprimoramentos em curso



Processo de elaboração colaborativa

- Vários executores para diferentes seções da avaliação executiva, aproveitando-se de especialidades e competências das instituições, sem sobrecarregar equipes.
- Frequente escuta dos órgãos gestores ao longo de todo o processo avaliativo por meio de:
 - a. Oficinas com participação dos gestores e demais avaliadores;
 - b. Compartilhamento de produtos intermediários com os gestores e demais avaliadores;
 - c. Reuniões com os gestores para apresentação e discussão de achados; e
 - d. Elaboração das propostas de aperfeiçoamento em conjunto com os gestores.

O Ciclo 2023: a avaliação executiva



Estratégia de divulgação: boletins

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#1 - MAI 2023

DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA E DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Avaliação aponta caminhos para melhorar focalização



Avaliação sobre os efeitos da desoneração de PIS/CONFINS sobre a Cesta Básica traz achados relevantes para o debate sobre a reforma tributária. Um primeiro é que a reoneração pode ser compensada por uma redução geral da alíquota para todos os bens de consumo, de forma a evitar aumento na inflação e efeitos negativos para o crescimento econômico. Além disso, o nível de taxação dos diferentes produtos da Cesta pode variar e incentivar a alimentação saudável. Parte do valor arrecadado com o fim da isenção poderia servir para ampliar transferências da Bolsa Família e, assim, mitigar as perdas dos mais pobres com a reoneração. Outros grupos que venham a experimentar perdas decorrentes da nova regra poderiam ser beneficiados pelo novo modelo de cashback (valor devolvido ao consumidor no ato da compra) em discussão.

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política reduz preços médios da cesta em 5%
- Focalização nos mais pobres pode melhorar
- Alimentos pouco saudáveis fazem parte da lista

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#3 - JUN 2023

IMPACTOS DA DESONERAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Avaliação sugere alternativas na regulação e focalização



Políticas de isenção tributária a medicamentos visam proteger a população do risco de desabastecimento ou da dificuldade para aquisição dos produtos. Relatório do Conselho Nacional de Avaliação de Políticas Públicas mostrou indícios de que o subsídio faz medicamentos desonerados chegarem mais baratos para os consumidores. Uma vez que os medicamentos pesam muito no orçamento das famílias pobres, o documento questiona se alternativas como a farmácia popular ou a aquisição de medicamentos utilizados durante tratamento no SUS não representariam melhor uso dos recursos, se o foco da política for a promoção de equidade no acesso.

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política reduz preços médios da cesta em 5%
- Focalização nos mais pobres pode melhorar
- Alimentos pouco saudáveis fazem parte da lista

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#3 - NOV 2023

DEPENDÊNCIA DA SOJA TRAZ DESAFIOS AO BIODIESEL

Produção aumentou, reduzindo gases poluentes, mas sem inclusão social e desenvolvimento regional



A obrigatoriedade de mistura do biodiesel ao diesel fóssil foi importante para ampliar a produção desse biocombustível, ajudando o país no desafio de cumprir compromissos ambientais de redução das emissões assumidos em Kyoto (1997) e Paris (2015). Porém, a concentração da soja como principal-matéria-prima inviabilizou a promoção da inclusão social e do desenvolvimento regional. Essa dependência também é questionada pelo critério de segurança energética, pois há forte determinação do mercado internacional nos preços praticados. E há ainda dificuldades para rastrear a origem de matérias-primas, prejudicando a comprovação de práticas agrícolas sustentáveis.

POLÍTICA AVALIADA
Política de Desoneração do Biodiesel

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 144 MILHÕES*

ANO DA AVALIAÇÃO
2022

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Avanço do biodiesel contribui para redução de emissões de gases poluentes
- Concentração na soja limita objetivos de inclusão social e desenvolvimento regional
- Biodiesel permite substituição gradual do diesel fóssil, mas há ameaças à competitividade

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#4 - NOV 2023

CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

Conta de luz

POLÍTICA AVALIADA
Conta de Desenvolvimento Energético

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 35 BI*

ANO DA AVALIAÇÃO
2019

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Cerca de 1/3 dos recursos avaliados subsidiavam fontes sujas
- Reduzir descontos para toda a área rural ajuda o país a crescer
- Tarifa Social de Energia Elétrica está bem focalizada e distribui renda entre regiões

Obrigado!

**Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas
Públicas e Assuntos Econômicos**

Sergio Pinheiro Firpo

**Secretária Adjunta da Secretaria de Monitoramento e
Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos**

Mirela de Carvalho

Chefe de Gabinete

Henrique Pimentel

Diretor de Assuntos Econômicos

Daniel Grimaldi

**Diretora de Monitoramento e Avaliação para o
Aperfeiçoamento das Políticas Públicas**

Camila Mata Machado Soares